



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

ATA n.º 041/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Ata da trigésima quarta sessão ordinária, segundo período da primeira Sessão Legislativa, da décima quinta Legislatura, da Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, realizada às dezoito horas do dia três de novembro de dois mil e vinte e um. Presentes na sessão todos os vereadores o Presidente deu início ao **EXPEDIENTE** e nos termos do Artigo 159 do Regimento Interno declarou aberta a discussão e votação da Ata de número 040, Sessão Ordinária do dia 25 de outubro sendo a mesma aprovada sem ressalvas. Em seguida solicitou a leitura das Indicações de Serviço n.º 094, do Vereador Gilberto Bello, solicitando "Melhorias na estrada de acesso às propriedades dos senhores Leonir Cabral e Anderson Franco, próximo a ASMIM", e n.º 095, do Vereador Julio Armando, pedindo o "Patrolamento e cascalhamento nas estradas que dão acesso a localidade de Faxinal dos Matozo". Após disponibilizada a palavra aos proponentes o Presidente determinou que fossem encaminhadas ao Executivo Municipal. Sem mais matérias no Expediente passou-se ao uso da **TRIBUNA** iniciando com o Vereador **GILBERTO BELLO** falando sobre dois eventos que tinham acontecido sendo um pelo TSE e outro pelo STF os quais gostaria de destacar, pois tinham algo relacionado com sua pessoa. Lembrou que na semana anterior o Tribunal Superior Eleitoral tinha cassado o mandato do Deputado Francischini, por na noite em que tinha sido eleito usar uma rede social contestando as urnas eletrônicas e dizendo que o presidente Jair Bolsonaro tinha sido eleito em primeiro turno; que o Ministério Público Estadual tinha entrado e o mesmo tinha sido absolvido, mas agora tinha sido cassado o seu mandato e junto com ele foram mais três deputados do PSL tendo acontecido um rodízio na Assembléia Legislativa, e o segundo deputado a assumir tinha sido o deputado Nereu Moura que não tinha sido eleito, e o Deputado Emerson Bacil, aqui da região, também tinha perdido o seu mandato nessa cassação. Quanto ao Supremo disse que tinha sido julgado uma ação de racismo cometida por uma senhora de 72 anos que tinha xingado uma atendente sendo racista e agora segundo o decidido pelo Supremo crimes de racismo não prescreviam mais. Disse que com isso via que as coisas estavam mudando e as pessoas achavam que podiam usar as redes sociais e atacar as pessoas com violência contando que na semana anterior, no sábado retrasado, tinha sofrido um ataque desses, por um rapaz e uma senhora que nesse comentário tinham sido agressivos com sua pessoa falando coisas que não era, lhe chamando de inescrupuloso e ofensas dizendo que se escondia atrás da bíblia, que tinha problemas com drogas e um monte de coisas, e ele se dizendo vítima de um comentário seu, mas sem lhe dar direito nenhum de defesa tinha sido atacado por esse rapaz dizendo que terceiros tinham falado e tinha sido muito fácil digitar lá em uma rede social só porque era uma pessoa pública, pois se não fosse provavelmente teria agido diferente, mesmo sendo amigo da família, e amigo de verdade, quase mais do que um irmão do pai da pessoa que tinha falado.



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

Handwritten signature

Disse que infelizmente nunca tinha feito isso em sua vida, mas teve que entrar na Justiça, pois queria uma retratação e uma prova disso. Falou ainda que vendo esses dois episódios que tinha relatado as coisas estavam evoluindo e com a cassação do mandato do deputado e os crimes de racismo que não prescreviam mais e as vezes aconteciam também nas redes sociais, achava que o povo podia crescer pois a pessoa a quem se referia bem que podia ter vindo conversar consigo e se devesse com certeza iria se retratar, e como sempre tentava levar sua vida certa e honesta preferia morrer do que prejudicar alguém. Declarou que tinha ficado duas noites sem dormir de nervoso por isso e nunca tinha levado uma pessoa à Justiça, mas infelizmente teve que levar essas duas pessoas das quais não queria dinheiro nem nada, apenas um direito de se retratar; que provassem que tinha falado e um direito de retratação nas redes sociais dos mesmos. Disse que tinha ficado muito contente com essas duas notícias que tinha falado, pois com essas decisões do TSE e do Supremo achava que as pessoas iriam começar a amadurecer sabendo que não tinham esse direito de agressão principalmente por fake news e usando fakes, como acontecia muito quando podiam ver relacionando também que os Ministros tinham julgado a chapa do Bolsonaro também por fake news e tinha sido absolvido, mas nesse julgamento o Ministro Alexandre de Moraes tinha sido bem categórico de que nas próximas eleições, se tivesse as fake news e atrapalhasse o processo eleitoral a pessoa teria a candidatura cassada, cassado o mandato e ainda iria para a cadeia, e achava que não podia se atrapalhar um processo eleitoral e as fake news eram terríveis, agrediam as pessoas, as pessoas sofriam com isso, mas achava que tudo podia ser resolvido com uma boa conversa. O Vereador **JULIO ARMANDO** falou sobre duas situações que tinham ocorrido e de sua parte repudiava bastante, sendo uma sobre o acesso que teve a uma edição do jornal Folha de Irati, do dia 29 de outubro, que na coluna política tinha divulgado as matérias conforme fez a leitura: "Pacto de Mediocridade - As Câmaras de Inácio Martins e Fernandes Pinheiro reprovaram as leis enviadas pelos Executivos para suspender ou cancelar o aumento dos funcionários públicos dado no início do ano. A recomendação foi do Tribunal de Contas do Estado para que os municípios retirem o aumento já efetivado. O caso é que os municípios deram o aumento aos funcionários baseados num parecer do TCE. Mas após consulta o Tribunal de Justiça (TJ) derrubou este parecer, obrigando os municípios a retirar o aumento" e outra nota com a manchete "Pacto de Mediocridade II - O relacionamento com a "mediocridade" é que parece em primeira análise que os vereadores, ao reprovar a retirada do aumento, buscaram apenas uma promoção pessoal perante os funcionários públicos, mas sem nenhuma responsabilidade com a "coisa pública". Em Inácio Martins o prefeito Junior Benato entrou na Justiça com pedido de liminar contra a decisão da Câmara. Já a prefeita Cleonice disse que vai encaminhar a recusa dos vereadores ao TC e aguarda posicionamento. Caso os funcionários tiverem que devolver o valor será uma responsabilidade dos vereadores. O presidente Juninho disse à Folha que os vereadores não acharam justo retirar o aumento que já foi adquirido". Após fazer a leitura das matérias falou que, primeiramente, se os colegas vereadores quisessem lhe acompanhar, estaria formulando um pedido de respostas para a Folha de Irati



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

192

porque seus posicionamentos aqui eram de responsabilidade, sempre foi e sempre seriam; que tinham votado a favor do funcionário público e estavam sendo taxados como medíocres, então, se os nobres colegas quisessem lhe acompanhar, estaria mesmo que sozinho protocolando um pedido de respostas para quem fazia a edição da Folha porque trabalhavam com muita seriedade aqui; que tinham funcionários públicos presentes na sessão que sabiam que tiveram reuniões com os funcionários onde apresentaram todas as justificativas do porque do voto, do embasamento do voto em favor do funcionário, e estavam sendo tratados de uma forma desrespeitosa sendo chamados de medíocres; que não sabia se era a mando de alguém esse tipo de comentários, mas como o Vereador Bello já tinha falado achava que ficava muito fácil jogar nas redes sociais, na imprensa, e não conhecer o verdadeiro motivo, e assim estaria protocolando o pedido de resposta para que lhes dessem espaço para explicar e também quais foram os motivos que levaram a fazer essa matéria, até porque não tinha visto ninguém da Folha de Irati vindo conversar com nenhum dos vereadores para saber a respeito do voto de cada um, e o que tinha motivado o voto. O segundo assunto que comentou e também lhe deixava triste, ao qual fez um pedido ao líder do prefeito para que encaminhasse essa situação que tinha ocorrido foi quando na semana passada uma cidadã tinha lhe procurado perguntando como funcionavam os estágios, e como de costume falou que devia procurar o setor responsável na prefeitura, conversar com o pessoal do RH ou até mesmo com o prefeito para lhe informar como estava sendo feito; que esta cidadã tinha ido junto com sua filha que tentava uma oportunidade de estágio quando foi recebida pelo Chefe de Gabinete, pelo Administrador Geral e por um advogado que ao invés de lhe explicarem como estava sendo feita a contratação de estágio lhe entregaram a cópia de uma ata de uma reunião aqui da Câmara dizendo que os vereadores aprovaram uma lei que estava dificultando e impedindo a contratação de estagiários. Disse não lembrar de terem votado aqui suspensão de estágio, ou que tivesse ficado proibido a contratação, ou que tivesse diminuído as vagas, e o que lembrava era de terem votado uma lei muito bem embasada do professor Élcio, que todos tinham assinado, que a partir daquela data as contratações de estágio deveriam ser por teste seletivo, mas não lembrava de terem votado que não estava sendo feita contratação ou que teria diminuído o número de estágio, e tinha achado bem desnecessária a forma como tinha sido falado para essa pessoa para a qual tinham entregado a cópia de uma ata que não dizia respeito com o que tinha perguntado, pois só queria saber o processo, como seria, então, pediu ao líder que levasse essa reclamação porque tinha sido de uma forma que achou que não tinha ajudado a pessoa, só tinha atrapalhado deixando na verdade a pessoa mais perdida, falando também que achava que os demais vereadores também recebiam pedidos de estágio e suas obrigações era de encaminhar para o RH onde era feito o processo correto para a contratação. Se dirigindo novamente ao Vereador Ismael lembrou que o mesmo já tinha trabalhado como Chefe de Gabinete e lembrava bem que era muito elogiado pela forma como tratava as pessoas, até como dizia um não de forma respeitosa, e essa pessoa tinha se sentido ofendida pela forma que tinham lhe falado porque na verdade não era culpada pela aprovação de uma lei que por sinal



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

193

tinha sido aprovada por todos aqui, e assim gostaria que levasse essa reclamação ao Executivo. Por sua vez o Vereador Ismael pediu um aparte na fala questionando o Vereador Julio se o mesmo tinha procurado o Gabinete e os demais para falar a respeito, achando que seria o caso do mesmo por ter recebido essa denúncia ou reclamação, que procurasse e relatasse a questão, a qual via também que não era por aí o caminho e tinham outras maneiras de se explicar e mostrar como estava sendo feito, acreditando que não era dessa maneira que deviam proceder, mas com certeza iria encaminhar o pedido. O Vereador Nelso também comentou dizendo que até o momento era apadrinhamento político e quem tivesse um vínculo político com alguém aqui dessa Câmara ou de outros que tivesse ajudado na campanha era assim que estava funcionando. Disse ter sido muito boa a lei do Vereador Elcio que daria um parâmetro igual para todo mundo e na hora que as pessoas fossem pedir um estágio teriam que passar por um teste seletivo, então não via que isso fosse uma forma ruim, porque todos estariam nivelados e não teria um dedo na indicação e sim a caneta, deixando os parabéns ao Vereador Elcio pela iniciativa que teve e pelo excelente projeto que tinha passado por aqui. O Vereador Elcio disse que para ser justo gostaria de destacar que apesar de ter apresentado o projeto de lei o mesmo tinha sido assinado por todos os vereadores por considerarem a importância do projeto, então, não se via como autor do projeto, tendo sido um projeto coletivo. Disse que as coisas começavam a fazer sentido porque nesta semana um cidadão tinha lhe mandado uma mensagem a qual tinha estranhado, lhe dizendo que sobre aquela lei, que no caso era a Lei n.º 1000/2021 que tornava obrigatório o teste seletivo para estagiários, a pessoa lhe disse que achava injusta a lei porque tinha esperado três anos por estágio e agora que seria sua vez tinha essa lei que iria lhe prejudicar, quando disse a essa pessoa que, se estava esperando há três anos era porque alguém tinha entrado em seu lugar e aí lhe explicou que o propósito dessa lei não era prejudicar ninguém e sim de serem o mais justo possível e cumprir Artigo 37 da Constituição na questão da impessoalidade, e na questão de que, quem fosse de fato contratado como estagiário, que fosse por uma prova, um teste seletivo, e assim não tivessem o risco de ter um apadrinhamento político. Aproveitando o aparte falou também sobre a matéria do Jornal Folha de Irati a qual também repudiava e se colocava a disposição para assinar afirmando também que não tinham sido procurados por esse meio de comunicação, nem comunicados para explicar o porquê de seus votos, e se votaram dessa forma tinha sido pensando no funcionário público e respeitando os votos contrários, assim como queria respeito também aos seus votos. Disse ainda não saber se tinha sido uma iniciativa da Folha de Irati ou teve mandos externos, mas medíocre era uma política por Decretos; medíocre era uma política do não diálogo, e medíocre era o que o Vereador Bello tinha falado, esse negócio de serem faladas informações falsas, fossem através das fake news ou no ouvido de um, de outro, e de outro, fazendo um envenenamento e jogando informações que não fossem corretas. O Vereador Bello também comentou a respeito da publicação do jornal Folha de Irati dizendo ao Vereador Julio que mesmo tendo votado diferente ao mesmo igualmente repudiava, pois tinham a garantia de seus votos e aí, um órgão tendo se levantado dessa maneira contra toda a Câmara



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

Handwritten signature

de Inácio Martins e de Fernandes Pinheiro também repudiava esse comentário, mesmo tendo votado de outra forma. Para finalizar sua fala o Vereador Julio ainda comentou sobre a lei do estágio dizendo que sempre ia a favor daquilo que fosse melhor para a coletividade, para a população, então lei nenhuma aprovada aqui na Câmara iria prejudicar o funcionamento do Executivo e isso talvez tenha sido uma desculpa de uma forma equivocada que deram, pois tinham aprovado a lei para que aqueles que estivessem estudando tivessem realmente a oportunidade de forma igual de conseguir um estágio, e dizer para um cidadão que a partir da aprovação dessa lei estariam com dificuldades de contratação e isso não era verdade tendo sido mudada a forma de contratação, mas não tinha visto nenhum artigo na lei dizendo que iria diminuir o número de vagas ou que não iria haver, e que continuava havendo, mas de uma maneira mais justa e mais correta de se fazer a seleção dos estagiários. O Vereador **MARINO KUTIANSKI** iniciou se dirigindo aos moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima dizendo ser muito importante a presença aqui na Câmara porque a população tinha que participar mais nas sessões nessa casa. Comentou a data de dois de novembro, dia de finados, em que eram lembrados os entes queridos, e mais uma vez queria falar do que vinha cobrando bastante que era a questão do cemitério aqui no município e para esclarecer o público presente lembrou que tinham convocado Secretário do Meio Ambiente por este assunto fazer parte e sua pasta, isso já há mais de noventa dias, no qual o mesmo se comprometeu em tomar providências na questão do cemitério, ao qual se referiu não como cemitério municipal e sim o cemitério central, porque o mesmo não era municipal e estava totalmente ilegal. Falou que no dia anterior tinha passado pelo cemitério e viu que o mesmo continuava da mesma forma, um caos, e se dirigindo ao Presidente disse que a situação estava a cada dia pior onde via que para se fazer os sepultamentos de um ente querido estavam colocando em cima de outras sepulturas. Que isso estava sendo ridículo e a administração não estava vendo dessa forma; não estava respeitando as famílias nem estava respeitando seus entes, então queria deixar registrado mais uma vez por estar batendo muito em cima dessa questão do cemitério, a falta de respeito e a incompetência da administração com essa parte que vinham cobrando aqui na casa lembrando que os vereadores faziam as proposições, as Indicações de Serviço, e cobravam, mas quem tinha que resolver era o Executivo e assim, queria deixar registrado o seu repúdio com essa questão mais uma vez, porque infelizmente a administração não estava levando a sério. Falou também com relação ao setor de saúde do município contanto que um rapaz chamado Jonas Ambrosio tinha sofrido um acidente trabalhando com o corte de madeira quando tinha caído uma árvore sobre essa pessoa, por sorte sem um impacto tão grande, e esse rapaz tinha sido encaminhado ao Pronto Atendimento, mas infelizmente pela incompetência de quem tinha atendido simplesmente fizeram o atendimento, receitaram um remédio para dor, fizeram um soro, e mandaram embora sem terem feito exame algum ou encaminhado para a Santa Casa de Irati, hospital de referência. Disse ainda que o município tinha um convênio com o SAMU e todo acidente quando acontecia era nessa parte que tinha que entrar o atendimento do SAMU, pois um médico a olho nu



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

saber o que tinha acontecido com esse rapaz era impossível; que na seqüência mandaram o rapaz embora, que estava imobilizado na casa passando muita dor e a família de forma particular tinha mandado fazer uma ressonância onde tinha sido identificado um trauma na coluna, e o rapaz poderia ter ficado em uma cadeira de rodas; que na segunda-feira quando tinha ficado sabendo por um acaso, trocando mensagens com a Secretária da Saúde, que por sinal parecia que nem sabia da situação pela forma que lhe respondeu, com o acidente já tendo acontecido na quinta feira anterior, discutiu bastante, educadamente, mas pedindo o direito desse rapaz para que encaminhassem com urgência para que fossem tomadas as medidas que fossem precisas e felizmente depois das cobranças na terça-feira por volta das quatro horas da manhã o encaminharam até Campo Largo onde fizeram os exames necessários, só que o mesmo estava lá ainda, imobilizado em cima de uma cama. Questionou qual a consequência iria ter devido ao procedimento de um mau atendimento, uma negligência profissional, sendo isso que lhe revoltava, e ainda citou que nesse dia teve uma nova reclamação por um senhor da Vila Jaguatirica que tinha trazido seu neto para fazer uma consulta e infelizmente falaram que não tinha médicos para atender. Nesse momento falou que os médicos eram contratados através de uma empresa terceirizada e fazia um requerimento para saber quantos médicos estavam trabalhando, onde tinham outras pessoas contratadas também por essa empresa, para que lhes explicassem, se existia profissional contratado porque não estava tendo atendimento, ou se esses profissionais só estavam recebendo dinheiro público, sendo uma questão em que fazia esse requerimento justamente para que ficassem sabendo e divulgassem para a população, porque se um médico estava contratado para tantas horas de serviço deveria estar ali para prestar seu serviço, ou simplesmente pedisse seu boné e fosse embora, mas não deixasse a população na mão. O Vereador Laurici pediu aparte ao orador e complementou a fala em relação a encaminhamentos contando que na segunda-feira anterior, por volta das sete horas da noite, tinha sido procurado por uma família da Vila Nova onde um senhor não estava passando bem, o qual tinha um histórico de pedras na vesícula pedindo para que lhes socorressem levando até a Santa Casa de Irati e os orientou no sentido de que primeiramente procurassem o atendimento local para que o município fizesse o encaminhamento se fosse necessário, e caso não fizessem voltassem a lhe procurar que estaria a disposição; que a família tinha feito esse procedimento indo até o Pronto Atendimento, porém negaram o encaminhamento alegando que não poderiam encaminhar; que tinha sido procurado novamente por volta de quase nove horas da noite por essa família quando lhes pediram por favor para que os levassem até a Santa Casa de Irati onde fariam uma consulta particular; que acabou levando essa família a qual pagou por essa consulta particular e no mesmo momento a médica que estava de plantão acabou o internando porque estava numa situação grave de crise na vesícula e inclusive nesse dia à tarde tinha conversado com a família e este senhor continuava internado e possivelmente iria fazer ainda durante a semana uma cirurgia. Falou que em seu entendimento isso era muito grave porque a família era carente e não tinha tanta condição assim de pagar e graças a uma boa conversa que tiveram com o pessoal da Santa Casa estavam



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

[Handwritten signature]

sendo atendidos pelo SUS. O orador falou que essa informação só mostrava o descaso do tratamento na saúde aqui no município e só queria complementar sobre a questão da lei de estágios se dirigindo ao Vereador Julio e Vereador Élcio para dizer que isso era simples e que a administração não jogasse a responsabilidade em cima da Câmara de Vereadores, e que fizessem o processo seletivo e contratassem os estagiários em todas as áreas que precisava e sem jogar a responsabilidade para cima da Câmara fossem competentes para fazer o processo de PSS para a contratação de estágios, cumprido a lei que tinha sido aprovada nessa casa. Concluído o uso da Tribuna passou-se para a **ORDEM DIA** com o segundo turno de votação o Projeto de Lei do Legislativo Municipal de n.º 09/2021 – Suspende os efeitos das Leis Municipais n.º 973/2020 e 981/2021, que concederam reposição inflacionária aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, em observação ao entendimento do STF conforme decisão da Reclamação 48.538/PR, de 1.º de setembro de 2021 até 31/12/2021. Colocado em discussão o Vereador Jorge comentou que essa lei era a mesma em relação à publicação da Folha de Irati, na qual o jornal tinha sido infeliz em sua publicação, da qual via que enquanto Legislativo, para evitarem problemas ao Presidente da casa, falando com os colegas vereadores já tinha uma liminar favorável ao que se dizia a lei, então, sugeriu acompanharem nessa decisão juntos para votar sim deixando também seu repúdio ao jornal Folha de Irati pela forma que tinham se expressado a esse Legislativo na qual tinha ido muito mal, e apesar de ter votado favorável ao projeto esse tipo de afronta nesse período também não tinha visto nenhum jornalista da Folha de Irati ter vindo aqui conversar com algum dos vereadores, se tinha votado contra ou a favor, nem com ninguém dessa casa de leis. Pediu novamente aos vereadores para darem seqüência a essa decisão que era do Supremo, uma decisão que não tinham muito o que fazer, para evitar que amanhã ou depois o Presidente tivesse que estar correndo atrás dos Tribunais para conseguir quando viam que já tinha uma liminar favorável a isso, e acompanhassem a votação com o voto sim para essa lei do Legislativo vendo que todos os funcionários estavam de acordo com o que dizia a lei. O Vereador Laurici falou para explicar ao público que estava presente que este projeto vinha no mesmo sentido do projeto do Executivo e tratava sobre a reposição somente dos funcionários do Legislativo porque do Executivo já tinham votado. O Vereador Marino falou, só para esclarecer, que o projeto propunha a retirada da reposição de 2020 e 2021, no mesmo que o Executivo tinha enviado, e o Vereador Jorge voltou a falar complementando que seria apenas a suspensão até janeiro, confirmado pelo Vereador Marino. Colocado em votação, e sendo o primeiro a se manifestar, o Vereador Julio disse que agradecia a fala do Vereador Jorge, respeitava a sua posição, mas mantendo a coerência e em defesa do servidor público e repudiando mais uma vez, votou “não”. Além do Vereador Julio os Vereadores Nelso, Laurici, Marino e Élcio, votaram contra, e com os votos favoráveis dos Vereadores Jorge, Ismael e Gilberto Bello, o mesmo foi rejeitado, ao qual o presidente determinou o seu arquivamento. Em primeiro turno de votação constou o Projeto de Lei n.º 08/2021 proposto pelos Vereadores Élcio Wszolek e Marino Kutianski propondo “Declaração de Utilidade Pública à Associação S.O.S. São



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

Handwritten signature

Francisco de Assis (ONG de Proteção, Auxílio, e Tratamento aos Animais em Sofrimento). Em discussão o Vereador Marino esclareceu também ao público presente que essa era uma declaração de utilidade pública para ONG São Francisco da qual acreditava que todos tinham conhecimento do trabalho que vinham fazendo com os animais abandonados e animais de rua, e que a declaração de utilidade pública era muito importante e a ONG São Francisco poderia receber recursos a nível de município e também a nível de estado, parcerias poderiam ser feitas porque com a declaração de utilidade pública estaria pronta para receber esses recursos. Ainda acrescentou que era muito importante o trabalho que a ONG vinha fazendo em cima dos animais de rua abandonados. Aprovado em primeiro turno o Presidente determinou que retornasse para votação em segundo turno na próxima sessão. Sem mais matérias para votação iniciou-se a **EXPLICAÇÃO PESSOAL** com o Vereador **JULIO** se dirigindo aos moradores da Associação Nossa Senhora de Fátima contando que tinha feito um atendimento de emergência nesse dia para a senhora Néia e durante o atendimento conversaram um pouco sobre a associação para a qual deveria ter sido votado nesse dia o projeto de lei de declaração de utilidade pública, porém, durante a reunião das Comissões, às quatro horas da tarde desse dia ainda não tinham colocado o projeto em pauta porque seria feito mais uma reunião para verificação da lei que tinha vindo do Executivo solicitando a doação do terreno onde estava a Associação Nossa Senhora de Fátima para a Mitra, e como tinham notado o empenho da comunidade, e a iniciativa dos moradores para que esse terreno não fosse para a Mitra ainda estavam em discussão para ver se iriam propor alguma emenda ao projeto do Executivo ou se iriam rejeitá-lo, mas queria esclarecer aos presentes que tinham vindo com o objetivo de saber como seria a votação que levariam em conta principalmente a manifestação dos presentes e a vontade de que esse terreno ficasse para a associação. O Vereador **LAURICI** também fez comentários em relação à matéria da Folha de Irati dizendo que podia contar consigo na reclamação e que aqui na casa tinham a liberdade em suas opiniões e em seus votos e baseado nisso se reportava também sobre a fala do Vereador Bello onde discordava de alguns pontos da fala desse vereador, com todo respeito, sobre decisões que o Supremo vinha tomando nos últimos anos, do ano passado para cá e principalmente nesse ano, onde o Ministro Alexandre de Moraes vinha tomando decisões monocráticas, inclusive uma delas com relação à reposição inflacionária dos servidores, dizendo que era muito fácil para um Ministro que ganhava seus altos salários pedir aos prefeitos que retirassem o que estava sendo dado de direito aos funcionários que em sua grande maioria ganhavam pouco. Disse que queria falar um pouco sobre outro assunto, e mesmo não sendo defensor e nem sendo nenhum fã do Deputado Francischini, achava que enquanto Legislativo estavam a cada dia perdendo suas liberdades de se expressar e muitas das vezes até de seus votos pelo que vinha acontecendo, porque quando o Francischini tinha falado sobre as urnas ele era deputado e tinha imunidade em sua fala, e mesmo que não fosse, se comesçassem a prender e a caçar mandatos de deputados e senadores por opiniões e votos, em poucos dias não precisaria ter mais Legislativo e simplesmente deixar o Judiciário comandar o país e não precisava mais nada, então



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

[Handwritten signature]

discordava, com todo o respeito, e não conseguia concordar com as decisões, principalmente desse Ministro nos últimos tempos, nos últimos anos. Para finalizar deixou relatado e pediu que fosse registrado em ata o falecimento da Dona Heleninha Santana, moradora de muitos anos da comunidade Vila Nova, uma referência para a comunidade, uma pessoa muito querida por todos, e tendo pessoas dessa vila presentes sabiam do que estava falando, por isso pedia que ficasse registrado esse falecimento no último domingo dizendo ter sido uma grande perda e muito sentido pela comunidade e todos que a conheciam. O Vereador **JORGE** registrou sua solidariedade aos familiares do senhor Albari Bonato, pai do servidor da casa Adalberto Bonato, que tinha falecido na última semana desejando que Deus viesse a dar forças e confortar todos os familiares. Contribuiu um pouco mais sobre a nota da Folha de Irati reafirmando o seu repúdio a esse tipo de comentários indevidos e sem conhecimento, e que conforme o Vereador Laurici tinha bem se expressado a imunidade parlamentar estava perdendo seu poder e em qualquer discussão o voto poderia ser penalizado, mas era muito triste quando viam jornalistas ou determinados jornais, sem ter conhecimento algum, pois da última matéria da Folha de Irati que tinha visto aqui tinha sido de muito tempo atrás, e talvez por uma fofoca, apesar de ter sido a favor do projeto, também deixava seu repúdio pela forma de se expressarem a esse Legislativo e todos os vereadores. Também disse ter ficado pensativo em relação ao Deputado Francischini que naquele momento tinha feito uma expressão que veio a ocasionar a perda de seu mandato dizendo que estava muito difícil de colocarem seus votos e expressões; que tinham decisões e decisões, mas a Constituição já tinha sido rasgada várias vezes, e deveriam cumprir o que tinham se proposto a cumprir aqui dentro dessa casa de leis. Encerrou agradecendo também as presenças dos moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima reafirmando as palavras do Vereador Julio em relação ao projeto. O Vereador **MARINO KUTIANSKI** também falou ao público presente sobre a Associação Nossa Senhora de Fátima contando terem discutido nesse dia durante a reunião das Comissões explicando que os projetos passavam pela reunião das Comissões antes de vir a Plenário e quanto a questão da Utilidade Pública estavam aptos a ser declarados não havendo nada que impedisse, mas a divergência colocada pela Dra. Vanessa, como procuradora jurídica, era quanto ao endereço da associação visto que estava tramitando um projeto que também estava nas Comissões e tinha sido discutido nesse dia também e que era quanto a doação do imóvel para a Mitra Diocesana, e durante a semana tentariam fazer novas reuniões e conversar um pouco mais para tentarem entrar em um consenso para que conseguissem fazer o melhor para todos. Ressaltou aos presentes que a documentação da associação estava legal, não tinha o que fosse contestado, mas a divergência estava no endereço, por ser um prédio público, do qual o Executivo estava propondo a doação dessa área também para a Mitra, o que estariam analisando durante a semana e na próxima segunda-feira teriam novidades para que conseguissem resolver da melhor maneira possível, mas estavam olhando a questão com carinho, reafirmando que na questão da declaração de utilidade pública estava tudo certo mas tinha ainda a questão do endereço do imóvel conforme apontado



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

pela assessoria jurídica, para que fossem coerentes e fizessem tudo com legalidade. Também deixou sua solidariedade ao funcionário da casa que nos últimos dias tinha perdido seu pai na cidade de Irati, e igualmente aos familiares da senhora Heleninha, dizendo que a mesma era uma lenda aqui no município, desejando assim que Deus desse o conforto aos familiares e o descanso em paz para esta senhora. O Vereador **NELSO DE ANDRADE** se dirigiu ao público presente especialmente à dona Odete Leite, dizendo que a mesma era uma pessoa com a qual tinha convivido por mais de trinta anos e assim tinham uma relação de amizade muito grande, como uma família, dizendo que achava bom que estivesse bem de saúde por ter passado por alguns problemas recentemente, assim com tinha passado em sua família também com a COVID, mas graças a Deus estavam bem, desejando que Deus a abençoasse como também a toda seus familiares. Igualmente comentou sobre a Dona Heleninha com a qual também tinham sido vizinhos na localidade de Cachoeira, a qual tinha sido parteira e curandeira, uma pessoa do bem, desejando também que Deus lhe desse o céu e iluminasse durante essa passagem, concordando com o Vereador Marino que tinha sido uma lenda e uma pessoa muito importante no município, pois antigamente não se tinham muitos recursos e essas pessoas curavam o povo e assim fazia muito o bem, a qual enquanto Deus lhe deu forças sempre foi uma pessoa simples e disposta a fazer esse trabalho de ajudar a população. Quanto a Folha de Irati falou que esta sempre foi tendenciosa por sempre ser financiada por políticos ligados ao Executivo desse município, lembrando que quando o Vereador Marino era prefeito eram sempre massacrados pela Folha porque tinha um lado político e era muito ruim quando um jornal ou outro meio de comunicação tivesse uma tendência política, e às vezes os jornais repudiavam pessoas que reclamavam quando faziam alguma publicação, mas nessa tinham sido muito infelizes porque não respeitaram esse Legislativo, a opinião de cada um dos vereadores eleitos pelo povo, e assim deixava também seu repúdio, colocando-se como parceiro também para assinar, porque não achava justo. Disse que estava há apenas dois meses aqui na Câmara devido ao acidente do Vereador João Prestes, mas este era seu quinto mandato como vereador e assim dava os parabéns a esse Legislativo pela qualidade de vereadores que tinha, porque aqui sabiam separar o que era Executivo e o que era Legislativo; aqui o prefeito estava tendo problemas porque não estavam cabrestando com o prefeito e estavam fazendo o trabalho que tinha que ser feito aqui na casa, por isso queria dar os parabéns aos vereadores porque o povo estava muito bem representado por esse Legislativo, o que estava vendo nas Indicações de Serviço, já de número 95, citando aos presentes que Indicação de Serviço eram pedidos que faziam ao prefeito como quando viam uma estrada ruim, ou algum outro problema, que não tinha poder de lei mas o vereador estava mandando para o prefeito e mostrando onde estava o problema, e como Câmara não podiam resolver, mas o prefeito estava sabendo que a população estava lhes procurando e o vereador fazendo o trabalho de mandar ao prefeito as demandas da população, citando que já estavam no nono projeto de lei do Legislativo, que eram bastante projetos de iniciativa aqui da casa e isso era muito bom, e com uma qualidade assim quem ganhava era a população, então estavam



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

muito bem representados no Legislativo, sendo uma força independente. Encerrando a Explicação Pessoal o Presidente também manifestou sua solidariedade aos familiares do servidor da casa dizendo saber o quanto era triste perder um ente querido lembrando ter perdido seu pai muito cedo e assim sabia o quanto era difícil perder um familiar. Aos presentes da Associação Nossa Senhora de Fátima disse que estava à inteira disposição e sendo uma casa de leis queriam sempre fazer as coisas de forma que ficasse bom para todos, por isso estava junto com a comunidade para de forma alguma agirem de forma errada, e trabalharem pro da população martinense. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a presente sessão e convocada a próxima sessão ordinária para o dia oito de novembro, segunda-feira, às dezoito horas, ficando lavrada a presente Ata que após achada de conformidade e aprovada foi assinada por todos os vereadores presentes.

Sérgio Bello de Sá
Gadilho

Eduardo Wozdek